

Os boiões e canudos de botica da Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo



Isabel Maria Fernandes

A Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo tem desde 1518 uma ligação directa à administração hospitalar, pois é nessa data que passa a gerir o Hospital do Espírito Santo e de Santo André¹ (FONSECA, 2004, pp.27-30). Houve, é certo, períodos em que essa administração lhe foi retirada. Entre 1531 e 1567 o hospital de Montemor-o-Novo está nas mãos dos padres lóios; a 28 Junho de 1567 volta de novo para as mãos da Misericórdia; em 1677 é entregue aos cuidados da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus, mas, em 1835, após a extinção das Ordens Religiosas, o Hospital volta de novo para a posse da Santa Casa da Misericórdia e nela se conserva até hoje (ANDRADE, 1979; FONSECA, 2006, pp.43-51).

Sobre a construção do edifício da Santa Casa da Misericórdia de Montemor, somos informados por Túlio Espanca de que foi o provedor D. Fernão de Mascarenhas quem, em 1604, «comprou a Belchior Gomes, pela quantia de 50.000 rs o núcleo maior de habitações, grupo que reunido constituiu o espaço onde se levantou, de seguida, a Casa do Despacho e o Cartulário, no andar nobre, e nas lojas a botica, esta somente inaugurada no ano de 1781»² (ESPANCA, 1969, p.150). No mesmo texto, umas páginas à frente refere que «as casas térreas deste conjunto, hoje aproveitadas no regime de enfiteuse particular, serviram pelo espaço de cem anos de botica da Misericórdia, a qual se havia inaugurado no ano de 1761, com a despesa de mobiliário e outros adornos na importância de 520.500 rs» (ESPANCA, 1969, p.153). Note-se que há discrepância entre a indicação do ano de 1761 neste parágrafo e a indicada três páginas antes, 1781.

O ano de 1781 é de facto a data que consta no documento manuscrito designado «ereçam da/ botica da Mi/zericordia/ por conta/ da caza no/ anno de 1781/ para 1782 / Inventario»³. Mas, a leitura deste documento leva-nos a concluir que existia uma botica anterior a esta data pois, o «inventário» atrás citado inicia com a enumeração dos «bens que havia na Botica antiga».

¹ O nome do hospital foi variando ao longo dos séculos.

² Actualizamos a grafia e a pontuação das citações inseridas neste texto.

³ AHSCM, *Livro da botica*.

Sobre a botica da Misericórdia nos séculos XVI a XVII pouco se sabe. Banha de Andrade refere que, no ano de 1509, a Misericórdia de Montemor-o-Novo gastou em farmácia: «3 cargas de lenha para se estilarem as águas da Misericórdia, que importaram em 53 rs; duas vezes 50 rs à Garrida, que apanhou as ervas para estilarem as águas da Misericórdia; 100 rs em rosas para a Misericórdia; 20 rs em rosas para o mel; 21 em redomas para a Misericórdia e 100 pelo conserto do alambique» (ANDRADE, 1979, p.157).

De facto, já no livro de despesa de 1739-40, entre as despesas da botica, encontramos referência ao boticário da Misericórdia, na época, António Lopes Godinho. Parece que este costumava fornecer a Misericórdia de medicamentos, mas, é a partir de Abril de 1740 que passa a exercer o cargo de boticário residente da Misericórdia⁴. Nesse ano somos também informados da dívida que havia aos «religiosos de S. Domingos de todos os medicamentos que tinha[m] dado para os doentes desta casa até que se fez a botica»⁵. Ou seja, a partir de 1740 a Misericórdia passa a ter botica e boticário próprio, tendo mesmo adquirido uma botica a Diogo dos Santos⁶. Nesse mesmo ano a Misericórdia gastou duzentos e trinta e oito mil réis e duzentos e dez cêntimos quer «com os medicamentos para os enfermos deste ano como com o que se estava devendo nas boticas do ano passado» quer «com a compra da Botica e medicamentos novos para ela»⁷.

Em 1763, volta a comprovar-se a existência da botica pois é «em cima das [casas] em que vive o boticário»⁸ que a Mesa decide mandar criar a «secretaria», «para melhor arrecadar o cartório e todos os livros»⁹.

Em 1775, o boticário de serviço tem autorização para comprar «todos os vidros precisos e necessários para a botica da mesma e assim também toda a louça de vasos que fosse preciso para a mesma botica»¹⁰.

Mas, a documentação também nos permite concluir que, em 1781, se procede a uma profunda reestruturação da botica e se contrata um novo boticário. Em Fevereiro desse ano, a administração da Misericórdia decide «mandar vir de Coimbra o boticário eleito para o estabelecimento da botica da casa»¹¹, sendo escolhido para o cargo José António dos Santos Mendes, químico e professor da Universidade de Coimbra, que auferiria o ordenado de 180 mil réis¹². Das funções do boticário constava a obrigação de «fabricar e compor todos os remédios precisos para os enfermos da casa como também para aviar as receitas que vierem de fora sendo o produto delas todo para esta casa, como também tudo o mais que se ganhar na botica das composições que se fizer para vender a outros que precisem, dando conta a esta mesa todos os meses para o que se lhe mandaram aprontar os livros necessários»¹³.

⁴ AHSCM, *Livro de Despesas de 1739-1740*, fls.75-75v. Não posso deixar de agradecer à Dr.^a Celina Bastos a preciosa ajuda que me deu na busca da documentação de arquivo utilizada neste artigo, bem como o apoio do Dr. Jorge Fonseca e do Doutor Moutinho Borges.

⁵ Idem, *ibidem*.

⁶ Idem, *ibidem*.

⁷ Idem, *ibidem*.

⁸ A obra foi decidida na Mesa reunida em 17 de Julho de 1763, cf. AHSCM, *Livro da Ementa de 1763-1764*, fl.5-5v. Não posso deixar de agradecer à Dr.^a Celina Bastos a preciosa ajuda que me deu na busca da documentação de arquivo utilizada neste artigo, bem como o apoio do Dr. Jorge Fonseca e Doutor Moutinho Borges.

⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁰ Esta decisão foi tomada na Mesa reunida em 27 de Agosto de 1775, cf. AHSCM, *Livro da Ementa de 1775-1776*, fl.14v.

¹¹ Esta decisão foi tomada na Mesa reunida em 11 de Fevereiro de 1781, cf. AHSCM, *Livro da Ementa de 1780-1781*, fl.23.

¹² AHSCM, *Livro da Ementa de 1780-1781*, fl.31v.

¹³ Idem, *ibidem*.

E, dado que a administração da Misericórdia considerava que ainda não estavam reunidas as condições necessárias para que o boticário pudesse começar a laborar — pois, «por hora não tem a botica cousa em que possa pegar a trabalhar»¹⁴ —, decide que se lhe mandasse «pôr prontos todos os vasos e instrumentos precisos e necessários, lenha e carvão»¹⁵, bem como «mandar vir de Lisboa toda a madeira precisa para a armação da mesma botica para que estivesse pronta a trabalhar nela logo que ele [boticário] chegar»¹⁶.

Pela documentação atrás referida verifica-se que, em 1781, a administração da Misericórdia contrata um boticário vindo de Coimbra e manda construir uma nova botica com madeira vinda de Lisboa. Na reunião da Mesa de 17 de Agosto de 1782, «se assinou a escritura de obrigação e contrato com o boticário José António dos Santos Mendes»¹⁷ e, na de 27 de Dezembro do mesmo ano, o referido boticário entregou «o mapa da avaliação que se tinha mandado fazer pelo Reverendo Padre Frei João de Jesus Maria, boticário em o Convento de S. Domingos desta vila, e pelo irmão Aleixo Ferreira Leitão, da mesma profissão, e se viu importarem todas as drogas e mais remédios que se acham na dita botica, de que fica o boticário da casa obrigado a dar conta, em a quantia de cento e cinquenta e quatro mil e cento e trinta e vinte réis [sic], cujo mapa assinado pelos ditos avaliadores e pelo próprio boticário da casa fica nesta secretaria junto aos papéis e livros pertencentes à Botica, para constar todo o tempo no caso de assim ser preciso»¹⁸.

Muito anos mais tarde, a botica é desmantelada, referindo Túlio Espanca que «a sala da farmácia, comprida e de tecto rebaixado, foi despojada do núcleo de armações de madeiramento, onde se expunham os potes de faiança e de vidro dos medicamentos. Desse grupo escaparam, somente, dois pares de boiões de louça lisbonense do séc. XVIII, decorados a azul, sendo dois de formato bojudo — os mais antigos —, pintados com as cruzes dominicanas, e os restantes, vulgares canudos de boca-de-sino» (ESPANCA, 1969, p.153).

O Inventário da Botica de 1781-82¹⁹, que de seguida vamos analisar, é de extrema importância por vários motivos, e um deles prende-se com a possibilidade de compreendermos a convivência na botica de contentores de fármacos em vidro e faiança e na utilização do barro fosco provavelmente para armazenamento (barris) e preparação das mezinhas (alguidares).

Na leitura do referido inventário constata-se a existência de peças feitas em: aço, arame, barro, bronze, chumbo, cobre, cristal, estanho, ferro, «louça branca», «metal amarelo», pedra e vidro.

Neste artigo, que tem por finalidade analisar os dois pares de boiões de faiança pertencentes à Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo, apenas nos interessa perceber a convivência na botica de peças de barro fosco, faiança ou vidro.



¹⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁶ Esta decisão foi tomada na Mesa reunida em 11 de Fevereiro de 1781, cf. AHSCM, *Livro da Ementa de 1780-1781*, fls.23-24.

¹⁷ Esta decisão foi tomada na Mesa reunida em 17 de Agosto de 1782, cf. AHSCM, *Livro da Ementa de 1782-1783*, fl.8.

¹⁸ Esta decisão foi tomada na Mesa reunida em 27 de Dezembro de 1782, cf. AHSCM, *Livro da Ementa de 1782-1783*, fl.12v.

¹⁹ AHSCM, *Livro da Botica*, «ereçam da/ botica da Mi/zericordia/ por conta/ da caza no/ anno de 1781/ para 1782 / Inventario».

Louça de barro

No inventário de 1781-82, «dos bens que havia na botica antiga», constam 13 «barris de barro da terra», e, no «acrescentamento de bens ao mesmo inventário», constam 4 alguidares grandes, 3 pequenos e uma panela grande para mel. Os barris serviriam para armazenar líquidos; a panela²⁰ servia, como o documento indica, para armazenar «mel»; os alguidares teriam fins diversos, usados talvez na preparação das mezinhas.

Não admira que os barris fossem feitos em barro da terra, ou seja, feitos em Montemor-o-Novo, e que também aí tivessem sido feitos os alguidares e a panela, apesar de no texto não se indicar a proveniência de fabrico destes últimos.

A loiça de Montemor-o-Novo era afamada, principalmente os seus púcaros. As primeiras referências ao seu fabrico recuam ao século XV (FONSECA, 2005, pp.87-103). Carolina Michaelis de Vasconcelos cita dois documentos do século XVI nos quais a loiça de Montemor é referida, sendo uma dessas citações extraída do inventário de D. Isabel de Portugal (1503-1539), filha de D. Manuel, casada com o Imperador Carlos V: «17 piezas de bucaros de Montemayor; outra pieza grande que es un jarro grande de Montemayor, a manera de botija» (VASCONCELOS, 1957: 22. Ver tb. Nota 43 e 44). No inventário da Infanta D. Beatriz, mãe do rei D. Manuel, datado de 1507, também constam «39 púcaros de Montemor» (FREIRE, 1914, p.91).

Peças quinhentistas, muito provavelmente das olarias de Montemor, podem ver-se na colecção do Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo. Tais peças foram retiradas das abóbadas do convento de S. Domingos – alguidar, asado, atanores, barris, fogareiro, infusa bicada, infusas ou cantarinhas, panelas, pia de cântaros, pote de adegas, pucarinho, quartas, talhas, tarros ou ferrados e tigelas de fogo (RIBEIRO, 1984). Muito provavelmente os barris, o alguidar e a panela setecentistas referidos no inventário da botica da Misericórdia não deveriam diferir muito dos encontrados no convento de S. Domingos de Montemor, apesar de cronologicamente serem de períodos distintos (RIBEIRO, 1984, fig.^s 8, 12 e 13).

Sabemos que a loiça de Montemor se continuou a produzir nos séculos XVII e XVIII. Jorge Fonseca, a partir de uma taxa de preços de venda de loiça de Montemor, inserida numa acta de vereação do ano de 1643, enumera as peças que então se produziam (FONSECA, 1991, pp.183-184). António Carvalho da Costa, em 1708, diz que «são muito celebrados seus púcaros de barro semeados de pedrinhas brancas» (COSTA, 1708, vol. II, p.431). Também à loiça de Montemor se refere João Baptista de Castro, na segunda metade do século XVIII: «poucas terras levarão vantagem à nossa na produção dos barros finos, aptos para a fábrica de coisas domésticas», referindo os barros de Estremoz, mas também, entre outros, os de Montemor-o-Novo (CASTRO, 1762-1763, vol. I, pp.174-175).

Segundo Margarida Ribeiro ter-se-á deixado de produzir loiça de barro vermelho na segunda metade do século XX, informando a autora que: «o último oleiro, segundo apuramos por indagação directa, chamava-se António Amarelo e tinha a sua olaria na Rua do Pedrão, dentro da vila»²¹ (RIBEIRO, 1984: 68).

²⁰ No documento não se explicita que a panela é de barro mas como no texto é referida junto dos alguidares deduzimos que fosse feita nessa matéria.

²¹ É estranho que Charles LEPIERRE, cuja obra foi publicada pela primeira vez em 1899, não refira o fabrico de loiça em Montemor (LEPIERRE, 1912) no final do séc. XIX, tendo em conta a informação de Margarida Ribeiro, de que havia fabrico de loiça na 1.ª metade do séc. XX. Solange PARVAUX, na sua obra sobre a olaria do Alto Alentejo, informa que



Louça de vidro

No inventário refere-se que da botica antiga deram entrada na nova os seguintes «bens»: 114 garrafas de vidro (sendo 24 garrafas grandes, 31 mais pequenas, 59 também pequenas, a que acresce duas garrafas «muito velhas»), 58 açucareiros²², 51 «vidros pequenos para sais» e 17 frascos redondos «que levam mais de quartilho». No inventário de 1781-82 constam também mais 40 açucareiros, e um número indeterminado de «vidros de cristal» e balsameiros, a que acresce 1 panela e um boião tudo em vidro. Neste mesmo inventário consta também um número indefinido de garrafas sem determinação da matéria em que foram feitas, mas, podendo presumir-se serem de vidro.

Teria sido interessante poder estabelecer relações entre a quantidade de loiça existente em vidro e em faiança, mas, como desconhecemos o número de peças de faiança adquiridas em Estremoz não é possível fazer esse exercício comparativo. É interessante que esta convivência na farmácia da Misericórdia de peças de faiança e vidro, parece não ter sucedido, por exemplo, na Botica do Mosteiro de Grijó em cujo inventário, datado de 1770, constam apenas centenas de recipientes de vidro e nenhum de faiança (SILVA, 1972, pp.52, 54 e 65).



Louça branca ou faiança

No inventário de 1781-82, no arrolamento de «bens que havia na botica antiga» constam 9 painelas de louça branca²³ e 78 boiões também de louça branca, sendo 62 boiões com capacidade para dois arráteis e 16 boiões mais pequenos.

No Inventário consta ainda uma aquisição em Estremoz de peças de «louça nova» cuja quantidade não é discriminada. Trata-se muito provavelmente de aquisição de recipientes em faiança feitos nas oficinas de Estremoz.

De facto, o sinal pago em 1781 para a aquisição da loiça para a botica, «nove mil e seiscentos reis»²⁴, é elevado para se tratar de uma simples aquisição de loiça de barro fosco, até porque caso se tratasse de

quando iniciou o seu estudo já não havia fabrico de loiça em Montemor, mas que não lhe foi possível determinar quando se extinguiu o fabrico (PARVAUX, 1968, p.7).

²² Banha de ANDRADE informar que, desde 1508, o rei passou a dar à Misericórdia, seis arrobas de açúcar (ANDRADE, 1979, p.151). Os açucareiros aqui referidos não serviram para conter o açúcar puro mas, muito provavelmente os produtos em que este entrava na confecção das mezinhas, por exemplo, «açúcar rosado». Anote-se que em épocas passadas os açucareiros não eram recipientes destinados apenas a conter açúcar. No Inventário da Infanta D. Beatriz, datado de 1507, refere-se «um açucareiro de mirabolanos em conserva» e «um açucareiro de estoraque líquido» (FREIRE, 1914, pp.91 e 99).

²³ Refira-se que o documento tem vários subtítulos sendo o primeiro «bens que havia na Botica antiga» e o segundo «louça Branca». No entanto, o que vem discriminado a seguir ao subtítulo «louça branca», não é apenas faiança, aí vêm também descritos: almofarizes de bronze; caceta com sua colher, funil e espátulas de «metal amarelo», balanças, um bufete e outros materiais.

loija deste tipo seria muito provavelmente adquirida localmente, dado que em Montemor se fabricava louça de barro vermelha fosca de qualidade. Por outro lado sabemos que o mais usual nas boticas era loija de vidro ou faiança. Infelizmente o inventário não especifica a quantidade de peças de «louça branca» que constituiu a encomenda.

É de crer que desta «loija nova» adquirida em Estremoz fizesse parte o par de canudos de farmácia que chegou até aos nossos dias e que neste artigo se analisa²⁵. Refira-se que não encontramos semelhanças entre este par de canudos e outros que conhecemos distribuídos por diversas colecções públicas e privadas. A poder afirmar-se, como nos parece, que este par de canudos é fabrico de Estremoz, dá-se um novo passo para o conhecimento das produções de faiança estremocense pois existem muito poucas peças de Estremoz marcadas ou de proveniência segura.

Não se sabe quando se terá começado a produzir faiança em Estremoz, mas estima-se que tal tenha sucedido «entre a década de setenta do século XVIII e os primeiros oito anos da centúria seguinte» (MONTEIRO; PAIS, 1995, pp.15-16).

Mas, o que a documentação nos permite comprovar²⁶ é que: em 1773, já se produzia faiança em Estremoz pois nessa data, no Convento de S. Paulo da Serra de Ossa (Évora), se enumeram os bens existentes no novo corpo do convento entre os quais se refere, na «cela reitoral», «60 pratos das fábricas de Lisboa e Estremoz»; em 1775, dão entrada, com destino a serem usadas no refeitório do mesmo convento – «cargas de louça fina de Estremoz e grosseira, de barro vidrado, de Redondo, esta com destino à cozinha»; em 1785, 1786 e 1789 dão entrada «como irmãos de Segunda Condição da Confraria da Misericórdia» de Estremoz, um mestre pintor, dois oficiais de pintor e um oficial de oleiro; em 1787, adquire-se «para a função de homenagem ao Patriarca da casa», ou seja, do Convento de S. Paulo da Serra de Ossa, «oito dúzias de pratos de Estremoz pagos por 3.200 rs». Não se explicita que estes pratos são de faiança, mas presume-se que poderiam ser (ESPANCA, 1978, pp.319; 315-316); data de 1799, um painel de azulejos que pertence ao Museu Municipal de Estremoz e que tem a seguinte legenda – «Fábrica / d' Estremoz 1799» (MONTEIRO; PAIS, 1995, p.13, n.º99 do cat.).

Quanto ao par de boiões com as armas dos dominicanos (séc. XVII-XVIII) que hoje existem no espólio da Santa Casa da Misericórdia, arriscamos sugerir que talvez aí se encontrem por terem servido no transporte de drogas desde o convento de frades dominicanos de Montemor-o-Novo até ao Hospital da Misericórdia. De facto, a documentação atesta a aquisição aos dominicanos de medicamentos destinados aos doentes da Santa Casa. Em 1740, nas «despesas da botica» constam os gastos «com os religiosos de S. Domingos por conta dos medicamentos que têm dado para esta casa» e, numa outra rubrica, umas linhas abaixo, nova dívida explicitando-se que «se devia à Botica dos Religiosos de S. Domingos de todos os medicamentos que tinha dado para os doentes desta casa até que se fez a botica». Ou seja, até 1740, data em que a Misericórdia cria a sua própria botica e contrata um boticário, os medicamentos eram adquiridos na botica do convento dominicano de Montemor-o-Novo.

²⁴ Em 1775, a Misericórdia de Viana do Castelo, paga à fábrica de faiança de Darque, situada ali perto, «panelas e vasos», tendo gasto nessa aquisição a quantia de 50.000 rs (OLIVEIRA, 1920, pp.141-142). Infelizmente, nem no caso de Viana nem de Montemor-o-Novo sabemos a quantidade de peças adquiridas.

²⁵ Convém no entanto lembrar que atrás também referimos a aquisição, em 1775, de «vidros» e «vasos», mas, dada a reformulação profunda feita na farmácia em 1781, e existindo a referência expressa de aquisição de «louça nova» em Estremoz, somos levados a concluir que os boiões que chegaram até aos nossos dias serão os que foram adquiridos em 1781.

²⁶ Os dados documentais aqui referidos são citados em MONTEIRO; PAIS, 1995, pp.11-28.

Conhecemos outros casos de boticas que adquiriam remédios no mercado. Por exemplo, a botica do Mosteiro de Tibães comprava-os, em Braga, às «boticas do Convento do Carmo e da Companhia (Colégio de S. Paulo)» e aos «boticários de Braga, José da Costa, João Luís Moreira e João Lelo da Cruz» (MATA, 1993). Sabemos também que existiam boticas especializadas em determinados remédios, por exemplo, os jesuítas produziam um remédio feito a partir da quina e conhecido como «pó dos jesuítas» (AMARAL, 1993).

Infelizmente no que se tem escrito não há referência ao modo como se transportavam as drogas e remédios entre as boticas. As mezinhas seriam vendidas com o recipiente? Usar-se-iam os boiões e canudos de faiança para o transporte dos remédios? Como se cobriam os vasos de vidro e os recipientes cerâmicos? Pouco sabemos sobre estas temáticas.

Podemos referir, por exemplo, que, em Barcelos, ainda na primeira metade do século XX havia uma senhora que preparava um unguento próprio para aplicar sobre as varizes das pernas, a qual era vendido numa pequena **tigelinha** de barro fosco. Na Farmacopeia Lusitana (1704)²⁷ refere-se que o açúcar rosado «que vem da casa dos confeitores para as boticas, é muito bom para almoçar nas manhãs de canícula, que se é bem feito não sabe mal, e se bem pode comer dele toda a quantidade que quiserem, que se ele for do que vem de certa parte em **panelinhas**, por pequenas se podem despejar até duas dúzias a um almoço» (FARMACOPEIA LUSITANA, 1711, p.72).

Há também nas Farmacopeias indicações sobre como se fazem e guardam os remédios em recipientes de vidro ou barro: «tomarão as flores recentes do alecrim, e muito bem limpas se meterão com o mel dentro em uma **panela de barro vidrada, e bem tapada** se deixará ao sol por um mês, removendo-lhe a matéria algumas vezes, depois se juntará a água destilada da flor, e logo se exporá a panela em um mui moderado fogo, até que a matéria principie a ferver, que então se há-de cozer com expressão, e **depois de frio se há-de guardar bem tapado** para se administrar» (FARMACOPEIA TUBALENSE, 1735, p.400); «dentro em uma **tigela de barro vidrado** se deitará o mel e vinagre, e com um mui moderado lume se há-de cozer» (FARMACOPEIA TUBALENSE, 1735, p.402); «guardem para o uso em **vaso vidrado bem tapado**» (FARMACOPEIA LUSITANA, 1711, p.72); «se deixará esfriar para se meter em um **vaso de vidro ou de barro vidrado, donde bem tapada** se reporá para o uso» (FARMACOPEIA TUBALENSE, 1735: 395); «então se recolherá a mixtão [sic] dentro em um **vaso de barro vidrado, que não tenha a boca larga, e bem tapada** se exporá por alguns dias ao sol» (FARMACOPEIA TUBALENSE, 1735, p.395); «se meta em um **vaso vidrado, tapado com pergaminho**, para assim se expor ao sol por três meses, removendo-a muitas vezes em cada dia, e passado o dito tempo que se tire do sol para se guardar» (FARMACOPEIA TUBALENSE, 1735, p.397).

Talvez o par de boiões dominicanos que se encontram no espólio da Santa Casa da Misericórdia de Montemor provenha, de facto, do convento dominicano de Santo António e tenha sido usado no transporte dos remédios assinalados nas respectivas legendas – conserva de rosas e condito de violetas.



²⁷ Muito agradeço à Dr.ª Cândida Martins, bibliotecária na Biblioteca da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, que me ajudou a encontrar e me permitiu consultar as farmacopeias citadas neste artigo.

Descrição

Par de boiões com as armas dominicanas



N.º 1

Local de Fabrico: Lisboa (?)

Cronologia: séc. XVII-XVIII

Dimensões: Alt.: 25,5 cm; Diâm. máx.: 22,5 cm; Diâm. bordo: 12 cm; Diâm. base: 10,5 cm

Peso: 1798 gr.

Legenda: CONS. ROSAR. (=Conser[va] rosar[um])

Boião de Botica, forma bojuda, feito na roda de oleiro, decorado a azul e vinoso, com as armas dos dominicanos²⁸ toscamente representadas e um letreiro «CONS. ROSAR.».

Conhecemos vários boiões e canudos com as armas dos dominicanos existentes em diferentes colecções nacionais²⁹, mas, os únicos que se assemelham na decoração com os boiões da Misericórdia de Montemor-o-Novo são um par de canudos existentes no Palácio Nacional de Mafra que também possuem letreiro indicando o nome do remédio³⁰.

Este boião, não tem o número indicativo do que nele se guardava, à semelhança de outros que conhecemos com as armas dos dominicanos, mas tem o letreiro que nos permite conhecer o conteúdo – «Conser[va] rosar[um]», ou seja conserva de rosas ou conserva rosada (FARIA, 1942, 8, p.131; SILVA, 1972, p.59; FARMACOPEIA LUSITANA, 1711, p.71).

²⁸ No convento de Nossa Senhora da Saudação, em Montemor-o-Novo pode ver-se numa das paredes um belo painel azulejar com as armas dominicanas e uma legenda com a indicação do ano «1651».

²⁹ Há boiões e canudos com as armas dos dominicanos nas seguintes colecções: três canudos, todos diferentes na matriz decorativa e mesmo na forma (289 Cer MNSR; 1255 Cer CMP/MNSR; 1256 Cer CMP/MNSR), e um boião (293 Cer MNSR), no Museu Nacional de Soares dos Reis; um par de canudos e um par de boiões decorados a azul, no Ateneu Comercial do Porto, n.º inv. 29 a 32 (FAIANÇA, 1997, p.44); um boião e um par de canudos da mesma «família» dos anteriores no Museu de Aveiro, depósito do Museu Nacional de Soares dos Reis, n.º inv. 294 Cer. MNSR, 47 Cer. MNSR e 1576 Cer CMP/MNSR; um canudo a azul e vinoso, também no Museu de Aveiro, n.º inv. 291 Cer. MNSR; um canudo a azul e vinoso com letreiro «coral.alb», na Casa Museu Guerra Junqueiro, n.º inv. 127 (FAIANÇA, 2003, pp.74-75); cinco canudos, um par e outros três diferentes entre si, no Museu Nacional Machado de Castro (n.º inv. C265, C266, C188, C614, C619).

Há também dois pratos com as armas dos dominicanos na Casa Museu Guerra Junqueiro, n.º inv. 96 e 104 (FAIANÇA, 2003, pp.54 a 57;). Rafael Calado considera que um dos pratos (n.º inv. 96) representa o brasão da Ordem de Avis, mas, a estrela por cima da coroa, parece antes indiciar que se trata do brasão dominicano muito estilizado.

³⁰ De facto, no Palácio Nacional de Mafra existe um par de canudos com as armas dos dominicanos desenhadas do mesmo modo do que as que constam nos boiões da Misericórdia de Montemor-o-Novo e também com letreiro, sendo as letras semelhantes às utilizadas nos boiões. Trata-se dos canudos com o n.º inv. PNM 7245, tendo o letreiro «VNG. COMIT» (alt. 26 cm; diâm. máx. 10 cm); e com o n.º inv. PNM 7246, tendo o letreiro «MIRRA» (alt. 26 cm; diâm. máx. 10 cm). Não podemos deixar de expressar o nosso agradecimento à Dr.ª Margarida Montenegro, Directora do Palácio Nacional de Mafra que nos cedeu os elementos necessários para podermos descrever os referidos canudos.

Carlos da Silva Lopes informa que «vários sistemas usavam os antigos farmacêuticos para identificação segura dos medicamentos à venda. Uma vez, os recipientes eram todos iguais e neles se colavam etiquetas ou letreiros de papel indicativos do nome do remédio ou do número que o mesmo tinha no catálogo manuscrito; noutros casos, a própria peça vinha do fabricante, preparada para o sistema desejado pelo boticário: trazia pintado um escudete ou listel onde se colaria o nome do remédio ou o correspondente número de índice; outras vezes ainda, o ceramista pintava nas peças os algarismos ou as designações dos remédios, em palavras latinas abreviadas, de aspecto charadístico para os não iniciados» (LOPES, 2004, p.9-10).

Na botica do Mosteiro de Grijó havia, em 1770, «conserva de rosas pérsicas» (SILVA, 1972, p.59). Com rosas se preparavam diferentes mesinhas como: açúcar rosado (SILVA, 1972, p.59; LIMA, 1942 p.100); açúcar rosado purgativo (SILVA, 1972, p.63); azeite rosado (LIMA, 1942 p.98), ou seja, óleo de rosas (SILVA, 1972, p.60); mel rosado (LIMA, 1942, p.100); sumo de rosas (LIMA, 1942, p.47); unguento rosado (LIMA, 1942, p.78); unguento aromático rosado (LIMA, 1942 p.81); xarope rosado (LIMA, 1942, p.103); xarope rosado simples, xarope de rosas secas, xarope rosado solutivo (SILVA, 1972 p.60).

Na Farmacopeia Tubalense (1735), de Manuel Rodrigues Coelho, explica-se que:

«As conservas não são outra coisa mais que a conservação das virtudes das plantas ou suas partes, em açúcar, particularmente as flores; porque a sua maior virtude consiste na sua parte volátil, cujas virtudes se conservam bem com o açúcar, por este lhes tapar os poros, absorver a humidade aquosa, e impedir-lhes a entrada do ar, que é quem lhes move a corrupção aos tais vegetais.

As conservas se diferenciam dos conditos, em que aquelas são preparadas e guardadas em massa; e os conditos são algumas partes das plantas conservadas em açúcar, inteiras ou em pedaços.

As conservas se devem guardar em vasos bem tapadas, e em lugares secos, porque o açúcar com facilidade se liquida, e as conservas se põem no perigo de se perderem³¹.»

in FARMACOPEIA TUBALENSE, 1735, p.392

Na Farmacopeia Lusitana (1704), de Frei Caetano de Santo António, dá-se a receita para preparar conserva rosada³²:

«Conserva rosada

Rosas vermelhas de cem folhas, libras uma

Açúcar, libras duas

Faça-se conserva. (...)

Far-se-á na forma seguinte. Tomarão a quantidade de rosas que quiserem, e as colherão antes que totalmente estejam abertas, e as limparão dos pés, e das unhas brancas que estão dentro do botão, de tal sorte que só aproveitem as folhinhas vermelhas, limpas desta sorte se pisarão em gral de pedra com dobrado peso de açúcar, e tanto que estiver bem misturado, se ponham em vaso vidrado ao sol quinze dias mexendo a todos eles muito bem, e passado o dito tempo se guarde para o uso.

Também se pode fazer pondo o açúcar em ponto mais subido que o de Electuário, então se lhe lança a rosa pisada fora do lume, depois de fria se guardará para o uso sem ir ao sol.

³¹ Actualizou-se a grafia e a pontuação das citações extraídas das farmacopeias.

³² Também na Farmacopeia Dogmática (1772) se explicita a diferença entre conditos, conservas e polpas e se apresenta a receita de «conserva rosarum persicarum» e «conserva solida rosarum rubraarum» (FARMACOPEIA DOGMÁTICA, 1772, vol I, pp.324-326, 330-331).

Esta é a verdadeira conserva rosada, ou o melhor modo de a fazer assim o ensinam Afonso de Jubera, Frei António de Castela, Scordero, Charas, Bauderon, Poterio, o grande Lemery, e outros muitos, que por sabidos não alego: em nenhuma das mais famosas boticas desta Corte tendo tão insignes mestres, nem em todo o reino a fazem assim, suponho que é por evitarem aos doentes o amargo da rosa, e os lisonjeiam com lha fazerem da forma seguinte – açúcar rosado comum [segue-se a receita do açúcar rosado comum, da conserva de rosas de Alexandria e de açúcar rosado de Alexandria]»

in *FARMACOPEIA LUSITANA*, 1711, pp.71-72

Explica também Frei Caetano de Santo António com que finalidade farmacêutica se utiliza:

«Serve a conserva rosada para moderar a tosse, faz suspender as fluxões hemorroidais e as do ventre, fortifica o estômago, alegra o coração, refresca moderadamente, e a que é antiga serve para gargarejos, e para qualquer fluxão; dá-se de meia onça até uma, esta é a virtude da boa e legítima conserva rosada, que o açúcar rosado cozido, como acima disse, e o que vem da casa dos confeitores para as boticas, é muito bom para almoçar nas manhãs de canícula, que se é bem feito não sabe mal, e se bem pode comer dele toda a quantidade que quizerem, que se ele for do que vem de certa parte em panelinhas, por pequenas se podem despejar até duas dúzias a um almoço»

in *FARMACOPEIA LUSITANA*, 1711, p.72



N.º 2

Local de Fabrico: Lisboa (?)

Cronologia: séc. XVII-XVIII

Dimensões: Alt.: 29 cm; Diâm. máx.: 23,5 cm; Diâm. bordo: 15 cm; Diâm. base: 11 cm

Peso: 2072 gr.

Legenda: «COND.VIOL» (=Cond[ito] viol[ae])

Boião de botica, forma bojuda, feito na roda de oleiro, decorado a azul e vinoso, com as armas dos dominicanos toscamente representadas e um letreiro «COND.VIOL». Vidrado mal distribuído.

Conhecemos vários boiões e canudos com as armas dos dominicanos existentes em diferentes colecções nacionais, mas, os únicos que se assemelham na decoração com os boiões da Misericórdia de Montemor-o-Novo são um par de canudos existentes no Palácio Nacional de Mafra que também possuem letreiro indicando o nome do remédio³³.

Este boião, não tem o número indicativo do que nele se guardava, à semelhança de outros que conhecemos com as armas dos dominicanos, mas tem o letreiro que nos permite conhecer o conteúdo – «Cond[ito] viol[ae]», ou seja condito de violetas (FARIA, 1942, vol. 8, p.131; SILVA, 1972, p.59).

³³ De facto, no Palácio Nacional de Mafra existe um par de canudos com as armas dos dominicanos desenhadas do mesmo modo do que as que constam nos boiões da Misericórdia de Montemor-o-Novo e também com letreiro, sendo as letras semelhantes às utilizadas nos boiões. Trata-se dos canudos com o n.º inv. PNM 7245, tendo o letreiro «VNG. COMIT» (alt. 26 cm; diâm. máx. 10 cm); e com o n.º inv. PNM 7246, tendo o letreiro «MIRRA» (alt. 26 cm; diâm. máx. 10 cm). Não podemos deixar de expressar o nosso agradecimento à Dr.ª Margarida Montenegro, directora do Palácio Nacional de Mafra que nos cedeu os elementos necessários para podermos descrever os referidos canudos.

A palavra latina «conditio», entre outros significados, tem a acepção de «conserva, preparação dos alimentos (para os conservar); adubo, tempero, condimentação» (TORRINHA, 1942, p.179).

O verbo «condir» significa condimentar (temperar); confeccionar (medicamento), fervendo a matéria-prima dentro de um pano; manipular (fazer medicamentos) (DICIONÁRIO, 2002, p.1026).

Na *Farmacopeia Tubalense* (1735), de Manuel Rodrigues Coelho, explica-se que:

«As conservas não são outra coisa mais que a conservação das virtudes das plantas ou suas partes, em açúcar, particularmente as flores; porque a sua maior virtude consiste na sua parte volátil, cujas virtudes se conservam bem com o açúcar, por este lhes tapar os poros, absorver a humidade aquosa, e impedir-lhes a entrada do ar, que é quem lhes move a corrupção aos tais vegetais.

As conservas se diferenciam dos conditos, em que aquelas são preparadas e guardadas em massa; e os conditos são algumas partes das plantas conservadas em açúcar, inteiras ou em pedaços.

As conservas se devem guardar em vasos bem tapadas, e em lugares secos, porque o açúcar com facilidade se liquida, e as conservas se põem no perigo de se perderem³⁴.»

in *FARMACOPEIA TUBALENSE*, 1735, p.392

Na botica de bordo de Fernão de Magalhães (1519) havia «bioletas, una libra» às quais se atribuem «propriedades analgésicas, hipnóticas... úteis a todo o género de inflamações. Já vi popularmente usado o cozimento da raiz para mitigar as dores em um cancro da língua» (LIMA, 1942, p.46). «Eram as violetas um medicamento muito apreciado. Externamente, o emplastro de folhas seria útil aos *ardores do estômago*, aos olhos *apostemados*, e ao prolapso rectal. Peres Reis diz que a raiz é purgante e emética; e as flores são adoçantes e laxantes» (LIMA, 1942, p.69).

Na botica do Mosteiro de Grijó havia, em 1770, várias mezinhas que continham violetas: «violetas», «conserva de violas», «óleo violado» (SILVA, 1972, pp.59-60).

Américo Pires de Lima refere que na obra «Tyrocinio Pharmacopeo», de Geronimo de la Fuente Pierola, publicado em Alcala (Espanha), em 1673, se menciona um «condito rosato» (LIMA, 1942, p.100).

Na *Farmacopeia Tubalense* (1735), de Manuel Rodrigues Coelho, explica-se que:

«Os conditos não são outra coisa mais que uns simples [sic] inteiros, partidos, conservados em açúcar, os quais mais se inventaram para a delícia, do que para a medicina: o modo de se fazerem é dos confeiteiros bem sabido; sem embargo do que, como na medicina se costumam algumas vezes gastar, aqui exporemos os gerais modos de se fazerem, para que os nossos principiantes os possam fazer, e tê-los prontos para quando necessários forem, particularmente em algum lugar donde não houverem confeiteiros.

Quando se quiserem confeitar as plantas, ou alguma de suas partes, se hão-de para isto eleger bem nutridas e no seu maior vigor; assim como se se quisessem confeitar as raízes, se hão-de estas colher no princípio da Primavera, antes que lancem suas folhas, por conterem então mais virtude, e se acharem mais nutridas, mais sumosas, e por consequência muito mais tenras, que em qualquer outro tempo do ano; as flores, quando estiverem para abrir; os frutos, antes que perfeitamente madurem; estes umas vezes se confeitam inteiros, e outras partidos³⁵.»

in *FARMACOPEIA TUBALENSE*, 1735, pp.390-391

³⁴ Actualizou-se a grafia e a pontuação das citações extraídas das farmacopeias.

³⁵ Também na *Farmacopeia Dogmática* (1772) se explicita a diferença entre conditos, conservas e polpas e se apresenta a receita de «conserva florum violarum», «conserva solida violarum» e «conserva laxativa violarum Timei» (*FARMACOPEIA DOGMÁTICA*, 1772, pp.324-326, 328-329).

Na Farmacopeia Lusitana (1704), de Frei Caetano de Santo António, dá-se a receita para preparar conserva violada³⁶:

«Conserva violada

Violas frescas, libra uma

Açúcar, libras duas

Faça-se conserva. Da mesma sorte se podem fazer as conservas seguintes (...)

Far-se-á na forma seguinte. Tiram às violas os pés, e as limparão muito bem, depois as pisarão em gral de pedra, e as misturarão com o açúcar até tudo se incorporar bem, e assim as lançarão em vaso vidrado e porão ao sol alguns dias, mexendo-as várias vezes, e nesta forma se guarda para o uso. Também se pode fazer lançando as violas depois de pisadas no açúcar, que estará clarificado e posto em ponto de electuário sólido, e depois se guarda para o uso. Este é o melhor modo de fazer a conserva violada (...)

Costumam alguns depois de bem limpas as violas lançá-las em vaso de barro com uma cama de açúcar por baixo e outra por cima, e nesta forma as deixam fermentar vinte e quatro horas, e passadas elas as levam ao lume até que o açúcar se derrete, e tanto que leva fervura as tiram e guardam para o uso. Feita a conserva nesta forma fica muito agradável, porque não vão as flores pisadas antes sempre assim se conservam inteiras, e por esta razão me não parece este método mau, porque ainda que as flores vão ao lume, não é tão largo o cozimento, que por ele possam perder a virtude volátil e essencial; os que assim a fazem cuidam não erram»

in *FARMACOPEIA LUSITANA*, 1711, pp.73-74

Explica também Frei Caetano de Santo António com que finalidade farmacêutica se utiliza:

«A conserva violada é cordial e peitoral, adoça a acrimónia do sangue, excita os escarros, e tomada pela manhã laxa o ventre: dá-se de uma oitava até meia onça (...)»

in *FARMACOPEIA LUSITANA*, 1711, p.74



³⁶ Este autor não faz distinção entre condito e conserva.

Par de mangas de farmácia



N.º 3

Local de Fabrico: Estremoz, muito provavelmente

Cronologia: ca 1782

Dimensões: Alt.: 32 cm; Diâm. máx.: 12,5 cm; Diâm. bordo: 9,5 cm; Diâm. base: 10,5 cm

Peso: 1184 gr.

Canudo de botica de forma tubular ligeiramente cintado; com estrangulamento junto ao bordo formando um colarinho baixo e ligeiramente esvasado; pé anelar bem vincado; feito na roda de oleiro, decorado a azul e vinoso. Com cartela de dimensões avantajadas para colocação de legenda. Com uma fissura que sai do bordo e se estende pelo bojo.

No inventário de 1781-82³⁷, no arrolamento de «bens que havia na botica antiga» é referida a aquisição, em Estremoz, de peças de «louça nova» cuja quantidade não é discriminada. Trata-se muito provavelmente de aquisição de recipientes em faiança feitos nas oficinas de Estremoz.

De facto, o sinal pago em 1781 para a aquisição da loiça para a botica, «nove mil e seiscentos reis»³⁸, é elevado para se tratar de uma simples aquisição de loiça de barro fosco, até porque caso se tratasse de loiça deste tipo seria muito provavelmente adquirida localmente, dado que em Montemor se fabricava louça de barro vermelha fosca de qualidade. Por outro lado sabemos que os recipientes mais usados nas boticas eram os de vidro ou de faiança.

É de crer que desta «loiça nova» adquirida em Estremoz fizesse parte o par de canudos de farmácia que chegou até aos nossos dias e que aqui se analisa³⁹. Refira-se que não encontramos semelhanças entre este par de canudos e outros que conhecemos distribuídos por diversas colecções públicas e privadas. A poder afirmar-se, como nos parece, que este par de canudos é fabrico de Estremoz, dá-se um novo passo para o conhecimento das produções de faiança estremocense pois existem muito poucas peças de Estremoz marcadas ou de proveniência segura.



³⁷ AHSCM, *Livro da Botica*, «ereçam da/ botica da Mi/zericórdia/ por conta/ da caza no/ anno de 1781/ para 1782 / Inventario». Ver artigo neste livro.

³⁸ Em 1775, a Misericórdia de Viana do Castelo, paga à fábrica de faiança de Darque, situada ali perto, «panelas e vasos», tendo gasto nessa aquisição a quantia de 50.000 rs (OLIVEIRA, 1920, pp.141-142). Infelizmente, nem no caso de Viana nem de Montemor-o-Novo sabemos a quantidade de peças adquiridas.

³⁹ Convém no entanto lembrar que atrás também referimos a aquisição, em 1775, de «vidros» e «vasos», mas, dada a reformulação profunda feita na farmácia em 1781, e existindo a referência expressa de aquisição de «louça nova» em Estremoz, somos levados a concluir que os boiões que chegaram até aos nossos dias serão os que foram adquiridos em 1781.



N.º 4

Local de Fabrico: Estremoz, muito provavelmente

Cronologia: ca 1782

Dimensões: Alt.: 33 cm; Diâm. máx.: 12 cm; Diâm. bordo: 10 cm; Diâm. base: 10,5 cm

Peso: 1359 gr.

Canudo de botica de forma tubular ligeiramente cintado; com estrangulamento junto ao bordo formando um colarinho baixo e ligeiramente esvasado; pé anelar bem vincado; feito na roda de oleiro, decorado a azul e vinoso. Com cartela de dimensões avantajadas para colocação de legenda. Com colagem. Pé esbotenado.

No inventário de 1781-82⁴⁰, no arrolamento de «bens que havia na botica antiga» é referida a aquisição, em Estremoz, de peças de «louça nova» cuja quantidade não é discriminada. Trata-se muito provavelmente de aquisição de recipientes em faiança feitos nas oficinas de Estremoz.

De facto, o sinal pago em 1781 para a aquisição da loiça para a botica, «nove mil e seiscentos reis»⁴¹, é elevado para se tratar de uma simples aquisição de loiça de barro fosco, até porque caso se tratasse de loiça deste tipo seria muito provavelmente adquirida localmente, dado que em Montemor se fabricava louça de barro vermelha fosca de qualidade. Por outro lado sabemos que os recipientes mais usados nas boticas eram os de vidro ou de faiança.

É de crer que, desta «loiça nova» adquirida em Estremoz fizesse parte o par de canudos de farmácia que chegou até aos nossos dias e que aqui se analisa⁴². Refira-se que não encontramos semelhanças entre este par de canudos e outros que conhecemos distribuídos por diversas colecções públicas e privadas. A poder afirmar-se, como nos parece, que este par de canudos é fabrico de Estremoz, dá-se um novo passo para o conhecimento das produções de faiança estremocense pois existem muito poucas peças de Estremoz marcadas ou de proveniência segura.



⁴⁰ AHSCM, Livro da Botica, «ereçam da/ botica da Mi/zericordia/ por conta/ da caza no/ anno de 1781/ para 1782 / Inventario». Ver artigo neste livro.

⁴¹ Em 1775, a Misericórdia de Viana do Castelo, paga à fábrica de faiança de Darque, situada ali perto, «panelas e vasos», tendo gasto nessa aquisição a quantia de 50.000 rs (OLIVEIRA, 1920, pp.141-142). Infelizmente, nem no caso de Viana nem de Montemor-o-Novo sabemos a quantidade de peças adquiridas.

⁴² Convém no entanto lembrar que atrás também referimos a aquisição, em 1775, de «vidros» e «vasos», mas, dada a reformulação profunda feita na farmácia em 1781, e existindo a referência expressa de aquisição de «louça nova» em Estremoz, somos levados a concluir que os boiões que chegaram até aos nossos dias serão os que foram adquiridos em 1781.

Bibliografia

- AMARAL, Adriana, *As boticas conventuais*, in *A botica: séc. XVII-XVIII*, Braga, Museu dos Biscainhos e Museu do Mosteiro de S. Martinho de Tibães, 1993.
- ANDRADE, António Alberto Banha de, *Roteiro do Arquivo Histórico da Misericórdia de Montemor-o-Novo (A.H.M.M.N.), com a história da Fundação e primeiros anos da Santa Casa* (Cadernos de História de Montemor-o-Novo), Coimbra, Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo, 1979.
- CASTRO, João Baptista de, *Mapa de Portugal antigo e moderno* (5 tomos em 3 vol.), Lisboa, Oficina patriarcal de Francisco Luís Ameno, 1762-1763.
- COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa e descrição topográfica do famoso reino de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1708.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, vol. 2, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2002.
- ESPANCA, Túlio, *Montemor-o-Novo: Santa Casa da Misericórdia*, in *A Cidade de Évora*, Boletim da Comissão Municipal de Turismo, 25-26: 51-52, Jan.-Dez., 1968-69, pp.143-153.
- ESPANCA, Túlio, *Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, in *Inventário Artístico de Portugal: distrito de Évora*, 1: 9, 1978, pp.306-321.
- (FAIANÇA, 1997) FERNANDES, Isabel Maria; RIBEIRO, Manuela; REIMÃO, Rute; CALADO, Rafael Salinas, *Faiança Portuguesa do Ateneu Comercial do Porto*, Porto, Ateneu Comercial do Porto, 1997.
- (FAIANÇA, 2003) CALADO, Rafael Salinas, *Faiança Portuguesa da Casa-Museu Guerra Junqueiro: século XVII-XVIII*, Porto, CM Porto, 2003.
- FARIA, José de Cisneiros e, *Antiguidades farmacêuticas*, in *Notícias Farmacêuticas*, 8, 1942, pp.129-136.
- FARMACOPEIA DOGMÁTICA, MARIA, Padre Frei João de Jesus, *Farmacopeia dogmática médico-química...*, vol. 1, Porto, Oficina de António Álvares Ribeiro Guimarães, 1772.
- FARMACOPEIA LUSITANA, S. ANTÓNIO, Frei Caetano de, *Farmacopeia Lusitana reformada...*, 2.ªed. (1.ªed., 1704; 3.ªed. 1725; 4.ªed., 1754.), Lisboa, Impresso no Real Mosteiro de São Vicente de Fora, 1711.
- FARMACOPEIA TUBALENSE, COELHO, Manuel Rodrigues, *Farmacopeia Tubalense*, vol. 1, Lisboa, Oficina de António de Sousa da Silva, 1735.
- FONSECA, Jorge, *O interior doméstico em Montemor-o-Novo no séc. XVII*, in *Almansor*, n.º9, CM Montemor-o-Novo, 1991, pp.155-194.
- FONSECA, Jorge, *Os hospitais de Montemor-o-Novo entre os séculos XIII e XVI*, SCM Montemor-o-Novo, 2004.
- FONSECA, Jorge, *Oleiros de Montemor-o-Novo: contributo para o seu estudo*, in *Almansor*, n.º4, 2.ªSérie, CM Montemor-o-Novo, 2005, pp.87-107.
- FONSECA, Teresa, *A Ordem Hospitaleira de S. João de Deus e a Misericórdia de Montemor-o-Novo: dois séculos de tensões*, in *Almansor*, n.º5, 2.ªSérie, CM Montemor-o-Novo, 2006, pp.43-51.
- FREIRE, A. Braancamp, *Inventário da Infanta D. Beatriz: 1507*, in *Arquivo Histórico Português*, Lisboa, 9: 97-108, 1914, pp.64-110.
- LEPIERRE, Charles, *Estudo químico e tecnológico sobre cerâmica portuguesa moderna*, 2ªed., Lisboa, Imprensa Nacional, 1912.
- LIMA, Américo Pires de, *A botica de bordo de Fernão de Magalhães*, in *Anais da Faculdade de Farmácia do Porto*, 4, 1942, pp.33-110.
- LOPES, Carlos da Silva, *Estudos de história da cerâmica*, Porto, Gabinete de Estudos de Artes Decorativas da Universidade Católica Portuguesa, 2004.
- MATA, Aida Maria Reis da, *A botica de Tibães*, in *A botica: séc. XVII-XVIII*, Braga, Museu dos Biscainhos e Museu do Mosteiro de S. Martinho de Tibães, 1993.
- MONTEIRO, João Pedro; PAIS, Alexandre Nobre, *Faiança de Estremoz*, in *Faiança de Estremoz*, Lisboa, Museu Nacional do Azulejo, 1995, pp.12-28.
- OLIVEIRA, Luís A. de, *Exposição retrospectiva de Cerâmica Nacional em Viana do Castelo...*, Porto, Oficinas de O Comércio do Porto, 1920.
- PARVAUX, Solange, *La céramique populaire du Haut-Alentejo*, Paris, Presses Universitaires de France, 1968.
- RIBEIRO, Margarida, *Olaria de uso doméstico na arquitectura conventual do século XVI*, Montemor-o-Novo, Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo, 1984.
- SILVA, A. C. Correia da, *Inventário de uma botica do séc. XVIII*, in *Anais Faculdade Farmácia do Porto*, 32, 1972, pp.43-71.
- TORRINHA, Francisco, *Dicionário Latino Português*, 2.ªed., Porto, Porto Editora, 1942.
- VASCONCELOS, Carolina Michaelis de, *Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal*, 2ªed., Lisboa, Revista Ocidente, 1957.